

Plano de Estudo 2021

Índice

1. Sobre o IIPE	2
1.1. Área de Formação	3
2. Sobre o Programa Virtual de Formação em Políticas de Avaliação em Educação	5
2.1. Apresentação	5
2.2. Propósito	6
2.3. Objetivos de aprendizagem	6
2.4. Organização	6
3. Estrutura do PVF	7
Curso 1 – A avaliação educacional sob uma perspectiva integral	7
Curso 2 – O desenho integral de uma avaliação	8
Curso 3 – Abordagens avaliativas para diferentes objetos do campo educacional	9
Curso 4 – Avaliação de sistemas nacionais de educação: análise de casos	9
Trabalho de Conclusão do Programa (TCP)	10
4. Métodos de ensino e aprendizagem	10
5. Formas de avaliação e certificação	11
6. Autoria dos materiais de estudo	11
7. Referências bibliográficas	11

1. Sobre o IIPE

O [Instituto Internacional de Planejamento Educacional \(IIPE\)](#) é uma instituição autônoma e especializada que foi criada em Paris, no ano de 1963, pela **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**, com o mandato de apoiar os Estados-membros no planejamento e gestão dos seus sistemas educacionais. O IIPE tem sua sede principal em Paris, França, e conta com dois escritórios regionais: um em Buenos Aires, Argentina; e outro em Dakar, Senegal.

Em 2015, a comunidade educativa internacional se comprometeu a cumprir os novos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especificamente o **ODS 4** e a **Agenda Educação 2030** das Nações Unidas. A partir dessa ação, a educação é reconhecida como pilar fundamental na busca pela construção de um mundo pacífico e ambientalmente sustentável, assim como pelo fim da pobreza e da desigualdade.

Nesse contexto, o IIPE UNESCO contribui, através do seu mandato, para que os sistemas educacionais do mundo avancem em direção ao objetivo de “garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas” (ODS 4).

As atividades do Instituto seguem as diretrizes da UNESCO, respondendo às necessidades levantadas pelos governos nacionais em torno dos desafios mais relevantes dos seus sistemas educacionais.

O **IIPE UNESCO Buenos Aires, Escritório para a América Latina**, foi fundado em 1998 e, desde então, fornece apoio e assessoria aos países da região para o cumprimento dos seus objetivos nacionais de educação, mediante quatro **linhas de ação**:

- **Formação** de profissionais em planejamento estratégico, gestão e avaliação de políticas educacionais.
- **Cooperação técnica** adaptada às necessidades dos Estados-membros.
- **Pesquisa** voltada à produção de conhecimento que contribua para a tomada de decisões em políticas educacionais.
- **Difusão** de experiências internacionais sobre diversos temas da agenda da educação.

Após mais de duas décadas de presença na região, o IIPE desenvolveu um conhecimento específico sobre os sistemas educacionais dos 19 países da América Latina, o que permite oferecer uma visão atualizada e contextualizada de temas transcendentais para o planejamento, gestão e avaliação de políticas educacionais.



1.1. Área de Formação

Desde sua fundação, o Escritório para a América Latina do IIPE UNESCO trabalhou lado a lado com os ministérios da educação para desenvolver suas capacidades e gerar mudanças nos sistemas educacionais dos países da região. Nesse sentido, o Instituto oferece diferentes programas ligados ao planejamento e a gestão de políticas públicas em todos os níveis e modalidades da educação.

Os programas de formação para a América Latina são destinados a pessoas que trabalham no serviço público e a autoridades, equipes técnicas e profissionais da educação pertencentes tanto ao setor governamental quanto ao não governamental. São oferecidos de forma individual ou em grupo, em modalidade situada, virtual ou mista, para que sejam compatíveis com as carreiras profissionais e as realidades dos participantes. Em resumo, trata-se de uma oferta de formação com propostas flexíveis e adaptáveis às necessidades de cada contexto.

Atualmente, o IIPE UNESCO possui três formatos de programas regulares de formação:

- I. **Programa Regional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais (PRF)**, oferecido simultaneamente em espanhol e português, e sua adaptação a nível local: **Programa Nacional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais (PNF)**;
- II. **Programas Virtuais de Formação (PVF)**, com versões em espanhol e em português;
- III. **Cursos Virtuais (CV)**, cujo formato foi introduzido pela primeira vez em 2020, em espanhol.

Além disso, são oferecidos **programas de formação sob medida**, projetados de acordo com as necessidades das instituições ou grupos solicitantes.

Oferecido anualmente desde 1997, o [PRF](#) é o espaço de aprendizagem mais tradicional do Escritório para a América Latina do IIPE. O programa provê às autoridades e profissionais da educação uma perspectiva global do planejamento educacional na região, considerando as metas do ODS 4 da Agenda 2030.

Em 2020, foi criado o primeiro programa nacional, uma adaptação do PRF situada na realidade e necessidades específicas de um país. O primeiro caso de execução desse formato é o [Programa Nacional de Formação em Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais para a República Argentina \(PNFRA\)](#), cujo programa de estudo inclui temáticas próprias e relevantes para o planejamento e gestão das políticas educacionais no contexto argentino, como por exemplo o caráter federal do Estado, o financiamento da educação, a configuração do sistema educacional do país, sua matriz histórica, entre outras.



Oferecidos através de um ambiente virtual, os **PVF** são programas de formação que têm o propósito de acompanhar e fortalecer equipes técnicas de ministérios, organismos e agências dedicados à educação na América Latina, para atuarem na formulação, realização e melhoria de projetos, programas e políticas sobre temas atuais da agenda regional da educação. Hoje, existem quatro programas virtuais de formação em espanhol, que são implementados de forma rotativa – a cada ano, um diferente – a partir dos seguintes eixos temáticos: **Políticas Digitais em Educação, Políticas Docentes, Políticas de Avaliação em Educação e Políticas de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP)**. Em português, os programas também são oferecidos em três eixos temáticos e totalmente adaptados ao contexto brasileiro: **Políticas Digitais em Educação, Políticas de Avaliação em Educação e Políticas Docentes**.

Em 2020, também foi colocado em prática, pela primeira vez, o formato de Cursos Virtuais, iniciando com o **CV de Planejamento Educacional Sensível a Crises, em espanhol, em 2021, também a ser desenvolvido em português**. Trata-se da adaptação de um curso desenvolvido pelo Escritório do IIPE em Paris, intitulado “Planejamento educacional para a redução do risco de crises e deslocamentos forçados”. Na proposta adaptada à América Latina, o curso é contextualizado tendo em mente a realidade regional e as configurações dos tipos de crise abordados no original, integrando também outras crises, relacionadas à governabilidade, financiamento, epidemias e pandemias. Em 2021, o objetivo é implementar o curso também em português, para o público lusófono.

Todos os programas da oferta regular de formação são atualizados constantemente, abarcando temas prioritários da agenda da educação, como por exemplo a inclusão educacional e a perspectiva de gênero, em consonância com o ODS 4 e as diretrizes da UNESCO sobre a educação como direito humano fundamental.

Por fim, os programas de formação sob medida são realizados através de cooperação técnica com países, estados subnacionais e/ou instituições de ensino, buscando promover o desenvolvimento integral das capacidades de equipes técnicas e autoridades, além de consolidar a institucionalidade da educação segundo as necessidades dos Estados-membros. Alguns exemplos de programas implementados nos últimos anos são os seguintes: planejamento educacional; avaliação e monitoramento de sistemas educacionais; estatística aplicada à educação; sistemas de informação educacional; fortalecimento de políticas da primeira infância; formação em projetos educacionais tecnológicos; e inclusão na educação secundária. Entre os países da região que solicitaram o desenvolvimento de programas de formação sob medida, estão a Argentina, Brasil, Costa Rica, Guatemala, México, República Dominicana, Paraguai, Panamá e Uruguai.

O Escritório para a América Latina do IIPE tem capacidade instalada em nível tecnológico, especialmente no que diz respeito à modalidade *B-learning* ou *blended learning* – ao combinar as



modalidades virtual e presencial, o que também é conhecido como modalidade mista –, contando com uma plataforma própria desde 2007: o Campus Virtual. Também há atualização e incorporação de novos recursos tecnológicos que potencializam a formação desenvolvida online e a distância, como a possibilidade de transmitir eventos síncronos (*webinars*), realizar videoconferências e gravar videoaulas. Desde 2018, 80% dos programas de formação ocorrem em formato totalmente virtual. Nessa direção, o Instituto acumulou uma ampla experiência e também desenvolveu sua capacidade em processos de tutoria e acompanhamento personalizados, seja em programas completamente online ou programas mistos.

2. Sobre o Programa Virtual de Formação em Políticas de Avaliação em Educação

2.1. Apresentação

Nas últimas décadas, vem acontecendo um importante desenvolvimento dos modelos e estratégias de avaliação educacional. Na América Latina, tal desenvolvimento foi impulsionado pela relevância e abrangência dos procedimentos de avaliação da qualidade, realizados, nos âmbitos nacional e internacional, com base em testes padronizados interessados nos resultados da aprendizagem. O trabalho também levou à criação de agências nacionais responsáveis pela aplicação dos procedimentos, ao desenvolvimento de diversos sistemas de indicadores e à participação crescente dos países em estudos que permitiram realizar comparações internacionais.

Atualmente, os debates gerados em torno da importância de poder contar com estratégias avaliativas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação também possibilitam, contudo, observar uma série de consensos sobre as limitações dessas experiências. Por outro lado, também é inegável que as profundas mudanças que ocorreram nos sistemas educacionais – em especial, a descentralização dos serviços e o fortalecimento da autonomia escolar – transformaram a avaliação em uma necessidade, por parte dos governos, de obter informações que contribuam para a tomada de decisões nos âmbitos central e local. Além disso, embora de forma menos generalizada, também foi abordada a avaliação de outros objetos e áreas da educação: centros de ensino, desempenho de professores(as), avaliação da aprendizagem dos estudantes, programas e projetos educacionais.

Por outro lado, além dos esforços para o aprimoramento técnico da avaliação, é crucial refletir sobre uma questão pendente que está ligada à finalidade e relação da avaliação com os processos de formulação de políticas: o uso e divulgação da informação produzida, direcionados à implementação de melhorias na gestão e resultados da educação.



As seguintes perguntas permeiam as demandas de que estamos tratando: o que se entende por avaliação educacional? Como abordá-la sob uma perspectiva integral? Quais são os principais problemas, em meio aos sistemas da região, para avaliar a qualidade da educação? Quais os potenciais usos da avaliação? Por que a utilização dos resultados das avaliações é considerada um desafio? Quem faz uso dos resultados e com quais propósitos? Qual é a relação entre avaliação, política e melhoria educacional? Como realizar um melhor aproveitamento dos resultados?

2.2. Propósito

O propósito geral deste PVF é fortalecer o conhecimento e as ferramentas sobre a avaliação no campo da educação, para fundamentar a tomada de decisões relacionadas a políticas educacionais.

2.3. Objetivos de aprendizagem

A seguir, apresentam-se os principais objetivos a serem alcançados através desta formação:

- Identificar diferentes abordagens e dimensões da avaliação.
- Analisar diferentes objetos: políticas e programas educacionais, desempenho de docentes, centros de ensino e aprendizagens.
- Construir desenhos avaliativos que contribuam para a melhoria da qualidade e da equidade educacional.
- Coletar, processar e analisar informações a partir de uma avaliação educacional integral.
- Promover a articulação e construção de redes e comunidades de prática sobre avaliação no campo da educação na América Latina.

2.4. Organização

A duração total do PVF é de 19 semanas, com intervalos, organizadas em uma estrutura de quatro cursos obrigatórios em modo 100% virtual. A carga horária total é de 215 horas. Cada participante deve dedicar aproximadamente 10 horas de trabalho semanais ao programa.



Programa Virtual de Formação			Carga horária
Cursos	Formato	Duração	
Curso 1: A avaliação educacional sob uma perspectiva integral	Virtual	4 semanas	40 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 2: O desenho integral de uma avaliação		5 semanas	50 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 3: Abordagens avaliativas para diferentes objetos do campo educacional		5 semanas	50 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Curso 4: Avaliação de sistemas nacionais de educação: análise de casos		3 semanas	30 horas
Semana de intervalo		1 semana	
Trabalho de Conclusão do Programa (TCP)		3 semanas	45 horas
Carga horária total			215 horas

3. Estrutura do PVF

Curso 1 – A avaliação educacional sob uma perspectiva integral

O conceito de avaliação. A elaboração da avaliação a partir de uma perspectiva integral. A avaliação como parte e ferramenta da gestão. Tipos de avaliação, principais classificações. O sentido da avaliação. Usos e difusão de resultados. Uma abordagem multidimensional da qualidade educacional. Os diferentes objetos passíveis de avaliação. Considerações gerais sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, avaliação de programas e projetos educacionais, avaliação de centros educacionais e da gestão escolar, avaliação do desempenho docente e das políticas digitais.



Propósito

O propósito geral do curso é abordar questões conceituais enfrentadas atualmente pela avaliação no campo da educação e refletir sobre seus avanços e desafios.

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer os debates atuais em torno da avaliação no campo da educação.
- Descrever e analisar criticamente as várias maneiras de avaliar a qualidade da educação a partir de uma perspectiva expandida.
- Identificar os principais desafios apresentados para um melhor uso dos resultados da avaliação.
- Caracterizar o papel de profissionais de avaliação a partir de uma concepção integral e democrática.

Curso 2 – O desenho integral de uma avaliação

Qualidades necessárias de um desenho avaliativo. Metodologia. Questões conceituais e ferramentas que possibilitam formular e implementar a avaliação de diferentes aspectos da realidade educacional. Reflexão sobre avaliação e meta-avaliação e sistematização de experiências.

Propósito

O propósito geral do curso é fornecer metodologias e ferramentas para abordar a avaliação na educação a partir de uma perspectiva integral e participativa.

Objetivos de aprendizagem

- Desenhar e aplicar modelos de avaliação integrais.
- Identificar várias técnicas para a coleta, processamento e/ou análise de informações.
- Aplicar instrumentos para a coleta de dados quantitativos e qualitativos.
- Refletir sistematicamente sobre suas próprias práticas de avaliação.



Curso 3 – Abordagens avaliativas para diferentes objetos do campo educacional

A abordagem de diferentes objetos avaliativos: programas e projetos, aprendizagens, centros educacionais, desempenho docente. Como trabalhar cada um sob uma perspectiva integral e à luz da abordagem de direitos. Revisão operacional dos aspectos básicos que compõem a metodologia da autoavaliação institucional.

Propósito

A proposta geral do curso é abordar e aprofundar a avaliação de diferentes objetos do campo da educação: aprendizagens, desempenho docente, centros de ensino e políticas ou programas educacionais.

Objetivos de aprendizagem

- Identificar diretrizes e práticas atuais relacionadas às aprendizagens de estudantes, desempenho docente, centros de ensino e políticas e programas no campo da educação.
- Selecionar os métodos e ferramentas de avaliação mais pertinentes a serem aplicados ao objeto do campo educacional avaliado.

Curso 4 – Avaliação de sistemas nacionais de educação: análise de casos

Perspectiva internacional. Avanços na região: dos sistemas de informação ao desenvolvimento de sistemas de avaliação. Aspectos incluídos. A questão da autonomia do marco institucional. Análise de sistemas locais de avaliação.

Propósito

A proposta geral do curso é refletir sobre os diferentes casos de sistemas de avaliação do sistema educacional e analisar as principais experiências e tendências desenvolvidas no mundo e nos países da América Latina.

Objetivos de aprendizagem

- Descrever as tendências gerais na conformação de sistemas nacionais de avaliação em educação e seus diversos componentes.
- Analisar e comparar os diferentes modelos de avaliação adotados por alguns países da OCDE.
- Analisar e comparar as experiências em avaliação de diversos países da América Latina.



Trabalho de Conclusão do Programa (TCP)

Ao final do último curso, está previsto um período de quatro semanas para a elaboração, conclusão e entrega do Trabalho de Conclusão de Programa (TCP). O TCP consiste em um **exercício de planejamento de um desenho avaliativo integral** de um objeto passível de avaliação (aprendizagem de estudantes, programas e projetos educacionais, centros de ensino e gestão escolar, ou desempenho de docentes) para um recorte geográfico específico (município, estado ou país, uma área (rural ou urbana) e um nível e/ou modalidade educacional de sua escolha.

A entrega do TCP é um requisito para a obtenção do Certificado de Aprovação do programa. Cada participante também tem a possibilidade de apresentar seu TCP em uma mesa de interação virtual com colegas e uma pessoa especialista no assunto, para obter um feedback final sobre a proposta elaborada.

4. Métodos de ensino e aprendizagem

O programa é desenvolvido em modalidade online, através do Campus Virtual do IIPE UNESCO. O modelo pedagógico permite a realização de um trabalho que fortalece as capacidades locais e estimula a troca de experiências com colegas de diversos estados do Brasil e de outros países de língua portuguesa. São desenvolvidas atividades assíncronas (fóruns e produções colaborativas) e síncronas (*webinars* e videoconferências), com a participação de especialistas regionais e internacionais.

A metodologia do PVF é participativa. Por essa razão, durante o desenvolvimento do programa, são criados diversos fóruns de debate, intercâmbio e reflexão sob orientação da tutoria acadêmica, além de outras propostas para trabalhar e comparar experiências e trajetórias dos diferentes países da América Latina em matéria de educação.

De forma complementar, a cada semana são fornecidos novos materiais de estudo elaborados por especialistas, juntamente com bibliografia selecionada para o aprofundamento de cada tema.

Paralelamente, além de recursos audiovisuais, são organizados eventos síncronos virtuais que contam com a participação de diferentes atores sociais dos sistemas educacionais, tais como profissionais, autoridades ministeriais, equipes técnicas, representantes da academia e analistas de políticas educacionais. Esses espaços virtuais de encontro representam uma oportunidade para debater, criticamente, os problemas educacionais enfrentados pela região.

5. Formas de avaliação e certificação

Receberão o **Certificado de Aprovação do Programa Virtual de Formação** aquelas pessoas que entregarem e forem aprovadas nos trabalhos finais correspondentes aos quatro cursos, além de realizar o envio e apresentação do Trabalho de Conclusão do Programa (TCP). Para informações mais detalhadas sobre a certificação do programa, sugere-se a leitura do regulamento do PVF.

Espera-se, também, que os participantes demonstrem envolvimento ativo e comprometimento ao longo do programa, para promover uma interação constante e possibilitar a reflexão em todas as propostas e instâncias de formação.

6. Autoria dos materiais de estudo

- Violeta Ruiz
- Josette Brawerman
- Graciela Cardarelli
- Lea Vezub
- Ana Sonsino
- Virginia Ithurburu
- Paulo Henrique Arcas
- Regilson Maciel Borges
- Valéria Virgínia Lopes

7. Referências bibliográficas

ABRANTES, P. Políticas de Avaliação e a Avaliação de Políticas: o caso português no contexto Ibero-Americano. *Revista Ibero-Americana de Educación*. n.º 53, 2010, p. 25-42

COHEN, E. FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais*. São Paulo: Editora Vozes, 2008. (Capítulo 6 – Tipos de Avaliação, p. 108-117).

BAUER, A. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 91, 228, p. 315-344, maio/ago. 2010.

UNESCO. Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, Educação 2030, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por



SOUZA MINAYO, M. Cecília. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In: SOUZA MINAYO, M. Cecília (et al.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2005. Introdução e Capítulos 1 e 2.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. P. 137-151 (Metodologia da Avaliação).

DESLANDES, Sueli Ferreira. Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos. In: SOUZA MINAYO, M. Cecília (et al.): Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2005, p. 157-184.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de Programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004. Capítulo 19.

ELLIOT, Lígia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de Programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004. Capítulo 20, p. 593-618.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. Cadernos CENPEC. São Paulo, v 3, n.1, p. 135-153, jun. 2013.

SOUZA, Maria Alba de. O uso dos resultados da avaliação externa da escola: relação entre os resultados e a avaliação interna dos alunos. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Origem e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 163-174.

BAUER, Adriana. Avaliação de professores: pressupostos e abordagens. In: GATTI, B. (Org.). O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

CASSETTARI, Nathalia. Avaliação de professores: uma questão de escolhas. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 25, n. 57, p. 166-197, jan/abr. 2014.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; NOVAES, Gláucia T. Franco. Avaliação Institucional na Educação Básica: retrospectiva e questionamentos. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 27, n. 65, p.314-345, maio/ago. 2016.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar de professor, Ponta Grossa, 13(2): p. 315-330, 2010.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; NOVAES, Gláucia T. Franco. Avaliação Institucional na Educação Básica: retrospectiva e questionamentos. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 27, n. 65, p.314-345, maio/ago. 2016.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar de professor, Ponta Grossa, 13(2): p. 315-330, 2010.